

Definido o prazo para dívida: 16 anos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, disse ontem que o governo já definiu com os bancos credores um reescalonamento da dívida que vence a partir deste ano, com 16 anos para resgatar e sete de carência. Também está acertada a diminuição do spread (taxa de risco) que o governo paga acima da libor (taxa de juro do euromercado) em níveis que variam entre 1,25% (setor privado) e 1,125% (setor público).

Quando as negociações com os bancos credores forem reiniciadas, segundo Lemgruber, a discussão principal ficará em torno do montante a ser reescalonado, provavelmente US\$ 44 bilhões do principal, já que os banqueiros querem excluir da renegociação US\$ 1,3 bilhão. Este volume se refere ao dinheiro novo de 1984 e alguns créditos de financiamento de importações, venda da dívida com alguns bancos a instituições não financeiras (multinacionais) e operações de arrendamento mercantil.

Mas, explicou Lemgruber, o ponto crucial da negociação são os US\$ 16 bilhões das linhas de curto prazo que são os financiamentos dos bancos estrangeiros aos bancos nacionais com sede no Exterior. "Não podemos permitir que aconteça nada com essas linhas de curto prazo. Isto é o básico da renegociação", salientou. Além disso, existe na mesa de discussão uma proposta do governo brasileiro que diz que, se o déficit das contas correntes aumentar em função de um choque externo, os bancos deverão dar uma "facilidade especial", uma espécie de dinheiro novo adicional.

Ao mesmo tempo em que negocia com os bancos credores responsáveis pela maior parcela da dívida, o governo brasileiro já se preocupa em

manter contatos com o Clube de Paris. Para negociar um reescalonamento da dívida com os governos de diversos países, técnicos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento irão à França no mês de junho a fim de fazer os primeiros contatos.

BALANÇO DE PAGAMENTOS

O presidente do Banco Central descartou também a necessidade de dinheiro novo para este ano. Conforme salientou, o balanço de pagamentos terá, neste ano, um déficit de US\$ 2 bilhões, que serão financiados com recursos de instituições financeiras internacionais e agências governamentais (US\$ 1 bilhão), fornecedores (US\$ 500 milhões) e investimentos diretos (US\$ 500 milhões).

Carlos Lemgruber disse ainda que a expectativa do governo é de que "a situação anormal do País não prossiga por 16 anos; então, pode ser que já em 1990, se o Brasil precisar de dinheiro novo, ele irá pelas vias normais de mercado financeiro". "Porém, se isto não ocorrer", explicou Lemgruber, "o Brasil não vai deixar incluir uma cláusula no novo acordo com os bancos que impeça o País de pedir dinheiro novo".

FMI

Com relação ao Fundo Monetário Internacional, Lemgruber disse que o problema básico está sendo chegar a um consenso no que se refere à redução do déficit público. Todavia, em nenhum momento dos encontros, explicou o presidente do Banco Central, foi discutido um déficit zerado já em 1986.

BONS RESULTADOS

O Brasil conseguiu aumentar, neste mês de maio, suas reservas internacionais em mais US\$ 400 milhões. Com isto, o nível de reservas alcançou US\$ 8,1 bilhões. Além dis-

so, no exercício de 1985, o superávit da balança comercial deverá ser de US\$ 11,7 bilhões. Estes números foram mostrados, ontem, pelo presidente do Banco Central aos integrantes do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, que participaram de um almoço oferecido pelo Banco Central.

Ao fazer um completo relato da política econômica que está sendo implantada pelo Brasil, onde o aspecto principal é o superávit comercial, o presidente do Banco Central lembrou que a atual política comercial americana está preocupando o governo, principalmente por causa do aumento de controle sobre os produtos brasileiros. "Atualmente, importantes produtos, representando 40% do total das exportações brasileiras para o mercado americano, estão submetidos a algum tipo de restrição", disse ele.

Carlos Lemgruber também mostrou que a participação americana nos investimentos estrangeiros no País é de um terço do total de recursos aplicados no Brasil, o que significa US\$ 7,5 bilhões. Também afirmou que a política do governo é pela abertura ao ingresso de investimentos estrangeiros.

Segundo o presidente do Banco Central, dado o caráter transitório das medidas de disciplinamento de preços (congelamento), será necessário que o governo adote medidas de maior rigor na execução da política monetária e, particularmente, na fiscal. No entanto, ele não chegou a explicitar aos empresários quais serão estas medidas.

Esta preocupação em definir uma política estável, explicou Lemgruber, é porque o governo está conseguindo alguns resultados positivos na questão da inflação que não pode perder.



Arquivo

País não tomará dinheiro novo em 85, garante Lemgruber